

PREFIXAÇÃO: COMPOSIÇÃO OU DERIVAÇÃO? NOVOS ENFOQUES SOBRE UMA ANTIGA POLÊMICA

Carlos Alexandre Gonçalves
(UFRJ/CNPq)

RESUMO

Neste texto, repensamos uma antiga polêmica envolvendo a prefixação em português: se esse processo alinha-se à sufixação e, com isso, diferencia-se da composição, ou, na verdade, filia-se à composição, distinguindo-se da sufixação. Ao longo do artigo, mostramos que a prefixação não constitui processo uniforme e, por isso mesmo, está longe de ser globalmente considerada composição ou derivação. Como Nunes (2009: 291), acreditamos que “a individualidade dos elementos prefixais nos obriga a considerar a prefixação como um processo heterogêneo e que é o comportamento diferenciado de cada elemento prefixal que permite a classificação da prefixação enquanto processo derivacional ou enquanto processo composicional de formação de palavras”. Essa imprecisão indicia que uma classificação com base em protótipos e por meio de *continuum* é mais vantajosa para a descrição das operações morfológicas do português.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Composição; Prefixação; *Continuum*.

1. Palavras iniciais

Neste texto, revisitamos uma antiga polêmica envolvendo a prefixação: se esse processo de formação de palavras alinha-se à sufixação e, com isso, diferencia-se da composição, por ser um mecanismo de derivação, ou se, na verdade, filia-se à composição, distinguindo-se, portanto, da sufixação, legítimo representante da derivação. Nessa

revisita, partimos das análises de Basilio (1989; 2000) e das descrições de Oliveira (2004), Pereira (2006) e Jacob (2011) sobre a prefixação em português, para assumir, fundamentados em Bauer (2005), Booij (2005) e Kastovsky (2009), que

a categorização com base em protótipos e por meio de um continuum se mostra mais condizente com a heterogeneidade tipológica do sistema de formação de palavras do português, uma vez que as fronteiras entre os vários tipos de formativos não são tão nítidas e alguns elementos se encaixam numa categoria com mais precisão que outros (GONÇALVES & ANDRADE, 2012: 121).

Ao longo do artigo, procuramos mostrar que a prefixação compartilha propriedades da composição e da derivação, justificando, assim, a ideia de continuum defendida por autores como Baker (2000), Ralli (2007), Kastovsky (2009) e Gonçalves (2011b). Além disso, observamos que a distinção entre prefixos legítimos (re-, des-, in) e composicionais (pré-, anti-, pós-), feita, por exemplo, em Schwindt (2001), encontra guarida na abordagem aqui encaminhada: prefixos composicionais portam mais atributos de radicais que prefixos legítimos, posicionando-se, portanto, mais distante do polo derivação numa análise por *continuum*. Esperamos que os posicionamentos apresentados aqui suscitem reflexões sobre o ensino desses fenômenos morfológicos da língua portuguesa.

O trabalho é dividido como se segue: na próxima seção, apresentamos a polêmica sobre o lugar da prefixação no âmbito da formação de palavras: se na composição ou na derivação. Logo após, tecemos considerações gerais sobre as principais diferenças entre prefixos e sufixos. Por fim, apresentamos a ideia de *continuum* radical-afixo e posicionamos os prefixos legítimos e os prefixos composicionais ao longo dessa escala.

2. A prefixação na literatura sobre o português e outras línguas

O processo de prefixação recebe, em geral, tratamento bastante uniforme nas gramáticas tradicionais do português: é considerada derivação afixal por quase todos os autores, a exemplo de Cunha (1975), Luft (1978) e Bechara (1986). Na descrição gramatical das línguas clássicas (sânscrito, grego antigo e latim), entretanto, como ressaltado em Ralli (2010), há uma acentuada tendência de definir esses dois mecanismos por oposição à sufixação, operação morfológica efetivamente considerada derivacional.

Bauer (2005: 106) afirma que pelo menos em francês, há uma longa história de tratar a prefixação como composição e de limitar o termo ‘derivação’ à derivação sufixal. Marchand (1967) tem, para o inglês, a mesma posição: agrupar prefixação e composição, denominando-as de casos de expansão, ao contrário da sufixação, para ele entendida como um caso especial de transposição.

Na literatura sobre português, embora a maioria esmagadora dos autores considere a prefixação um processo de derivação (BASILIO, 1987; SANDMANN, 1989; KEHDI, 1989; MONTEIRO 1987; ALVES, 1993, para citar apenas), há quem argumente não haver diferenças substanciais entre formas prefixadas e compostas, que responderiam, ambas, por um mesmo processo de formação de palavras: a composição. Tal é o caso, por exemplo, de Pereira (1940), Mattoso Câmara Jr. (1971) e Macambira (1978).

Pereira (1940: 187) considera a composição um processo de formação de palavras a partir de dois elementos “autônomos”: (a) um prefixo e uma palavra (prefixação), (b) duas palavras que conservam, cada uma, sua grafia e sua prosódia (justaposição), ou (c) duas palavras com perda da autonomia prosódica (aglutinação).

Mattoso Câmara Jr. (1971, 1976 e 1977) também entende que a prefixação constitui caso de composição em português. Observa que, “por falta de uma definição adequada para vocábulo e da confusão, a seu respeito, entre plano mórfico e plano fonológico, há na nossa tradição gramatical uma teoria dos vocábulos compostos, que é inteiramente falsa” (MATTOSO CÂMARA JR., 1971: 38). Assume, com isso, posição divergente da tradição gramatical vigente: inclui os prefixos entre os elementos constitutivos da composição. Justifica essa decisão, argumentando que prefixos são “elementos vocabulares com valor significativo de preposições, embora vários deles não se usem como preposições”, e, portanto, adicionam um novo sentido à palavra que formam, ao emprestar ao todo uma ideia subsidiária: “por isso, a prefixação pode resultar num só vocábulo fonológico ou numa justaposição” (MATTOSO CÂMARA JR., 1971: 39).

Para Mattoso Câmara Jr., a controvérsia em torno da classificação de determinadas palavras por prefixação ou por composição instaura-se no fato de que o “sistema por prefixação em português assenta em três grupos de partículas:

- a) as que também funcionam como preposição;
- b) as que são variantes (em forma erudita) de preposições;

c) as que são exclusivamente prefixos” (MATTOSO CÂMARA JR., 1976: 228).

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1977), há duas razões para considerar que prefixos equivalem a radicais: (1) a natureza de sua origem e (2) o valor semântico que agregam à forma resultante. No que diz respeito ao primeiro aspecto, alega que prefixos são de natureza lexical; são, como sub- ('sub-chefe', 'sub-síndico') e co- ('co orientador', 'co-autor'), variantes presas de formas dependentes, as preposições (nesses casos, 'sob' e 'com'). Ressalva, entretanto, que pode não existir a preposição correspondente, pois muitas desapareceram e hoje funcionam apenas como formas presas, a exemplo de ex- ('ex-jogador'), ultra- ('ultra-som') e extra- ('extra-classe').

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1977), outro motivo que justifica a filiação da prefixação à composição é o valor semântico que prefixos atribuem à forma a que se adjungem: introduzem, no conjunto, uma ideia subsidiária que cria, em relação à base, nova significação. Conclui sua argumentação com o seguinte comentário:

é por isso que devemos considerar perfeitamente legítima a antiga norma das nossas gramáticas de separar o estudo dos prefixos do dos sufixos, considerando aqueles 'elementos da composição', ao contrario de alguns autores modernos que falam em 'derivação sufixal e prefixal' em português. (MATTOSO CÂMARA JR. 1969: 102) [grifos nossos]

Para Mattoso Câmara Jr. (1972: 51), portanto, prefixos são preposições com traços próprios, de natureza morfológica e semântica e, por isso mesmo, não formam palavras derivadas, entendidas como criadas a partir de afixos. Macambira (1978: 69) também interpreta como compostas as palavras prefixadas. Justifica essa posição com os seguintes argumentos, alguns dos quais já apresentados por Mattoso Câmara Jr.:

prefixos não desempenham função gramatical, como os sufixos derivacionais e as desinências;

formas como in-, re-, des- e sobre- “destacam-se mais facilmente do conjunto da palavra” (p. 70) e esse é um dos traços comuns à estrutura das palavras compostas (p. 71);

elementos como sobre ('sobrepôr'), contra ('contradizer'), mal ('mal-educado'), extra ('extraordinário'), além ('além-mar'), menos ('menosprezar') e não ('não-instituído'), entre outros, são formas independentes na língua;

muitos prefixos, embora não correspondam rigorosamente a preposições ou a advérbios, podem ser considerados alomorfes presos dessas duas classes de palavras, como pós- ('pós-operatório') e ante- ('ante-projeto'), variantes de 'após' e 'antes', respectivamente.

Em trabalhos mais recentes, vários autores destacam a íntima relação entre preposições e prefixos nas línguas naturais. Booij (2005) observa que, em francês e em holandês, várias partículas funcionam ora como preposições, ora como afixos. Observação semelhante faz Haspelmath (2002) sobre o dinamarquês e o inglês. Hopper et Traugott (1993) mostram que a evolução de preposições a prefixos constitui trajetória de gramaticalização muito comum nas línguas, sendo tênues as fronteiras entre essas duas categorias. Kastovsky (2009), por sua vez, mostra que a imprecisão sobre o lugar da prefixação no âmbito da formação de palavras é, na verdade, forte evidência empírica em favor de um *continuum* composição-derivação.

Um clássico da filologia brasileira, Manoel Said Ali, já atentava, no final da década de 1920², sobre a falta de limites precisos entre a composição e a derivação. Para o autor, o fato de prefixos, em sua maioria, serem preposições e advérbios combináveis com outras palavras equivale a afirmar que “não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição” (Said Ali, 1966: 229). Entretanto, mesmo reconhecendo a falta de nitidez entre esses dois processos morfológicos, opta por uma divisão mais tradicional, mantendo derivação (prefixação e sufixação) de um lado e composição, de outro. Para ele, não faz sentido excluir a prefixação da derivação com base no argumento de que prefixos têm origem em preposições e advérbios³.

Em um primeiro momento, Said Ali (op. cit.) é favorável ao descarte da prefixação do processo de formação lexical por derivação, ao conjecturar que prefixos são, em sua maioria, preposições ou advérbios e, como tal, têm livre curso na língua. No entanto, o autor reconsidera tal posicionamento, já que há formativos empregados como formas livres. Alguns prefixos, como, por exemplo, in-, des- e re-, só figuram como formas presas, isto é, agregados a uma base, como em 'incapaz', 'desprender' e 'reaproveitar'. Desse modo, a tese baseada na autonomia não se sustenta por completo e excluir a prefixação da esfera da derivação não parece ser uma solução plausível; ademais, nas palavras de Oliveira (2004: 44), “os prefixos não se comportam mais como preposições e estão longe de se igualarem a radicais quanto à sua carga semântica. Para Said Ali, portanto, o critério da independência vocabular

para separar a derivação da composição não se justifica”.

Freitas (1975: 96) também partilha dessa opinião, posicionando-se explicitamente contra a proposta de Mattoso Câmara Jr., ao considerar que “tal relação entre esses prefixos e algumas preposições constitui um ponto de vista diacrônico. Numa descrição sincrônica não há mais que uma coincidência de formas”. Conclui sua argumentação, afirmando estar plenamente convencido “de que não existe o prefixo como forma livre; mantemos na língua, isto sim, formas livres homônimas de certos prefixos”.

Posição semelhante é tomada por Alves (1993: 1001-105), para quem também devem ser considerados verdadeiros prefixos até mesmo elementos como sobre-, entre- e contra-, com correspondentes preposicionais idênticos. A alta recorrência dessas formas na produção de séries de palavras com significado relacionado é, para a autora, forte argumento em favor da análise derivacional desses formativos. Raciocínio parecido é desenvolvido em Oliveira (2004a: 51): “essa função de expressar sempre idéias gerais é o fator que distingue o prefixo da base presa, como, também, é o responsável por sua maior produtividade e recorrência”⁴.

Sandmann (1987:⁵) assim se posiciona em relação ao estatuto desses elementos: “a justificativa de tratar esses morfemas como prefixos (...) tem fundamento no fato de com eles se formarem palavras complexas em série e principalmente no de se unirem também facilmente a palavras vernáculas de uso comum”, a exemplo de ‘microsaia’, ‘minivan’, ‘maxipoluição’ e ‘megachato’, entre tantas outras. Em outro texto, Sandmann (1989) aponta também a característica de os prefixos veicularem ideias mais gerais como um dos fatores para diferenciar a prefixação da composição de base presa, incluindo, entre os prefixos, elementos como os listados em (01), a seguir, que, para ele, veiculam conteúdos gerais o suficiente, o que responde “por sua maior produtividade, por sua maior recorrência, por sua produção como que em série” (SANDMANN, 1989: 37-38).

(01)	micro-	super-	hiper-	mega-
	pseudo-	anti-	maxi-	mini-
	macro-	neo-	semi-	vice-

As várias situações até então comentadas nos fazem refletir sobre a rigidez das fronteiras não apenas entre a prefixação e a composição,

mas, sobretudo, entre a derivação e a composição, questão hoje discutida por importantes morfólogos de várias línguas, a exemplo de Bauer (2005), Booij (2010) e Petropoulou (2009). Nas próximas seções, apresentamos as principais características dos prefixos, observando em que medida se diferenciam/aproximam dos sufixos. Esse mapeamento, como veremos, mostra que há consistência nas duas propostas sobre o lugar da prefixação na formação de palavras.

3. Prefixos: características gerais e diferenças em relação aos sufixos

Prefixos são formas presas⁵, já que não podem ser instanciados isoladamente na língua, não constituindo, sozinhos, o que Bloomfield (1933) chama de comunicação suficiente. Como se depreende da própria morfologia do termo, prefixos são formativos que se adjungem na periferia esquerda de uma base, formando, com ela, nova palavra na língua. Definem-se, por isso, em oposição aos sufixos, partículas também presas, mas agregadas na borda direita.

A posição em relação à base – se à direita ou à esquerda – é, no entanto, a diferença mais superficial (SANDMANN, 1989: 38) entre esses dois tipos morfológicos. Para inventariar as diferenças, levaremos em conta o comportamento dos elementos mais representativos, uma vez que nem todos os membros das duas classes têm idêntico estatuto: alguns são mais centrais (prototípicos) e outros mais periféricos, encaixando-se na categoria com menos precisão. Portanto, as diferenças devem ser vistas como tendências gerais e, sempre que possível, apontaremos os casos que fogem à generalização.

Em primeiro lugar, prefixos não determinam a categoria sintática da palavra complexa que formam. Dito de outra maneira, são categorialmente neutros, não apresentando o que Basilio (1987) denomina de função sintática – capacidade de modificar a classe do produto. De fato, na prefixação, derivado e derivante têm a mesma especificação sintática, como atestam os dados em (02), a seguir. A sufixação, ao contrário, pode promover alterações variadas de classe, a exemplo das observadas no quadro em (03):

- (02) [re [ler] V] V[des [leal] Adj] Adj [pós [graduação] S] S
 (03)

(03)

V → S	Adj → S	V → Adj	S → Adj	S, Adj → V	Adj → Adv
<i>-mento;</i> <i>-tório</i>	<i>-ice;</i> <i>-idade</i>	<i>-vel;</i> <i>-nte</i>	<i>-ense;</i> <i>-ar</i>	<i>-izar;</i> <i>-escer</i>	<i>-mente</i>
merecimento	esquisitice	gerenciável	canadense	agilizar	felizmente
lavatório	lealdade	estafante	hospitalar	florescer	certamente

Obviamente, como sinalizamos no final da seção anterior, essa diferença se aplica apenas aos representantes mais centrais de cada tipo morfológico, uma vez que vários sufixos do português não mudam classes, como os listados em (04), a seguir. Do mesmo modo, embora em menor proporção, há casos de alteração categorial em formas prefixadas, conforme se observa nos dados em (05), extraídos de Correia e Lemos (2009):

- (04) [[jornal] S ista] S [[gord] Adj inho] Adj [[papel] S ada] S
 [[grand] Adj ão] Adj [[pert] Adv íssimo] Adj [[laranj] S al] S
- (05) [a [moral] S] Adj [anti [rugas] S] Adj

De acordo com Alves (1993; 2002), se acrescentados a uma base substantiva, determinados prefixos podem atribuir-lhe função adjetiva – ‘coleira anti-pulgas’, ‘atividade extraclasse’ e ‘atitude neo-nazista’. De qualquer maneira, os pouquíssimos exemplos de prefixação com mudança de classe de modo algum comprometem a tendência mais geral: em português, prefixos não são cabeças categoriais das construções morfológicas de que participam⁶.

Além de não serem cabeças categoriais, prefixos também não são cabeças morfológicas de palavras complexas, ao contrário dos sufixos, que quase sempre determinam o gênero da palavra resultante. De fato, a maior parte dos sufixos denominais do português é responsável pela especificação feminino / masculino do produto, como evidenciam os dados em (06). Prefixos jamais respondem por esse tipo de informação.

(06)

Femininos		Mascullinos	
sufixo	exemplos	sufixo	exemplos
-ção	a abolição a cassação a interdição	-mento	o abatimento o entupimento o ferimento
-ia	a reitoria a delegacia	-ário	o ranário o glossário
-ice	a velhice a tolice a gaiatice	-tório	o lavatório o escritório o dormitório

Por serem cabeças semânticas, sufixos constituem o núcleo significativo de uma palavra complexa. Prefixos jamais funcionam como cabeças semânticas porque seus significados assemelham-se aos veiculados por

(a) adjetivos, já que contribuem para qualificar/caracterizar a entidade referida pela base, como em ‘sub-humano’, ‘minimercado’ e ‘mega-empendimento’;

(b) advérbios, pois servem para expressar a circunstância que cerca a significação da base, aqui entendida como qualquer particularidade que determina um fato, ampliando a informação nele contida, a exemplo de ‘recompor’, ‘ante-sala’, ‘pré-natal’ e ‘pós-operatório’; e

(c) preposições, por emprestarem à base a ideia de posição ou movimento no espaço: ‘sobreloja’, ‘entressafra’, ‘co-autoria’, ‘intra-venoso’.

Sem dúvida alguma, noções como “posição ou movimento no espaço”, “ausência, negação”, “oposição”, “intensidade” e “repetição”, típicas de prefixos, diferem consideravelmente das veiculadas pelos sufixos, que, embora também possam atualizar conteúdos desse tipo, são, nos termos de Ralli (2010), mais densos semanticamente: expressam noções como “profissão” (‘vitrinista’), “instrumento” (‘batedeira’), “local” (‘insetário’), “nacionalidade” (‘português’), “apreciador” (‘cervejeiro’), “ato ou efeito” (‘anulação’) e, até mesmo, “prato culinário” (‘rabada’) e “doença” (‘labirintite’). Como se vê, sufixos equivalem, em termos semânticos, a substantivos. Por isso mesmo, são peças-chave na interpretação de uma palavra complexa. Por exemplo, na paráfrase de uma forma sufixada, o significado do sufixo geralmente é colocado em primeiro plano, sobressaindo em relação ao da base. Prefixos, ao contrário, são modificadores e, por isso, não funcionam como cabeças

semânticas. As interpretações feitas em (07a) e (07b) comprovam o que estamos afirmando:

- | | | | |
|---------|------------|---|-------------------------------------|
| (07) a) | dentista | - | “profissional que cuida dos dentes” |
| | martelada | - | “golpe dado com o martelo” |
| | faringite | - | “inflamação na faringe” |
| | jambeiro | - | “árvore que produz jambo” |
| | paraense | - | “nascido no estado do Pará” |
| b) | refazer | - | “fazer novamente” |
| | sub-chefe | - | “chefe substituto” |
| | bi-campeão | - | “campeão duas vezes” |
| | sobrepeso | - | “peso a mais” |
| | mega-show | - | “grande show” |

Confirmam os exemplos em (07) que sufixos constituem o núcleo de uma palavra morfológicamente complexa, enquanto prefixos sempre se comportam como adjuntos. Recorrendo a Sandmann (1989), podemos afirmar que prefixos são sempre determinantes (DT), enquanto sufixos funcionam como determinados (DM). Nos dois casos, no entanto, mantém-se o padrão estrutural da derivação (DT-DM), com o núcleo sempre à direita, seja ele a base (prefixação) ou o sufixo (sufixação).

Outra diferença entre prefixos e sufixos diz respeito, nos termos de Villalva (2000), à variável lexical que selecionam. Prefixos combinam-se com palavras e, em decorrência, são menos integrados às bases, podendo ser retirados da construção de que participam sem resultar numa forma presa (08a)⁷. Sufixos, por sua vez, agregam-se predominantemente a radicais (08b), sendo raros os que se combinam com palavras, como *mente* (‘sabidamente’) e *zinho* (‘elazinha’). Desse modo, a retirada do sufixo quase sempre resulta numa forma presa⁸:

- | | | | | | |
|---------|------------|-----------|--------------|------------|---------------|
| (08) a) | in-feliz | des-leal | a-normal | pré-teste | sub-gerente |
| | re-pensar | pós-greve | inter-classe | anti-fungo | intra-uterino |
| b) | palit-eiro | mort-al | livr-eco | mach-ismo | bronqu-ite |
| | apit-aço | bel-eza | paraib-ano | paul-ista | tim-inho |

Prefixos são caracterizados pela falta de função discursiva, nos termos de Basilio (1987). Como mostra Gonçalves (2005: 54-55), a sufixação “pode servir como veículo para o falante exteriorizar sua

impressão a respeito de algo ou alguém”; a prefixação, ao contrário, “quase nunca é utilizada com essa finalidade”. De fato, inúmeros sufixos podem veicular juízos de valor e sinalizar impressões subjetivas do falante, como ocorre, por exemplo, nas formações ‘livreco’, ‘gentinha’, ‘velhota’ e ‘peçonhento’, nas quais está em relevo a avaliação negativa do falante em relação às entidades referidas. Impressões positivas são também encontradas na sufixação: ‘apartamento’, ‘carrão’ e ‘gostosuda’ qualificam os referentes a partir de atributos como conforto, beleza e qualidade.

A prefixação, por operar com significados mais gramaticais, dificilmente revela o impacto pragmático do falante em relação ao enunciado, ao referente ou ao interlocutor – a não ser nos casos de gradação intensiva, instanciados por elementos como super-, mega-, ultra- e hiper-. Em outras palavras, a prefixação não manifesta a modalização apreciativa, “através da qual o locutor imprime sua marca ao enunciado, inscrevendo-se, explícita ou implicitamente, na mensagem” (GONÇALVES, 2011a: 45). Prefixos são neutros do ponto de vista expressivo, sendo raras formações como ‘desprefeito’, em que o falante põe em xeque a eficiência do administrador público, e ‘submundo’, termo usado em referência a uma espécie de “mundo inferior”, de que fazem parte marginais ou delinquentes vistos como grupo social organizado (HOUAISS, 2007).

Do ponto de vista fonológico, prefixos não afetam a posição do acento lexical da palavra à qual se agregam, como se observa nos dados em (09a), nos quais sílabas tônicas são representadas por maiúsculas. Sufixos, por sua vez, quase sempre alteram o acento lexical, podendo, por isso, promover diferenças segmentais entre derivado e derivante, como, por exemplo, a realização de vogais médias (09b) e a nasalidade fonética (09c)⁹:

- | | | |
|------------------------------|----------------|------------------|
| (09) a. CRÉdulo >> inCRÉdulo | aTAR >> reaTAR | leAL>> desleAL |
| b. PORta >> porTELro | BOLa >> boLAda | PREgo >> preGÃO |
| c. HIlo >> hiNÁrio | Ano >> anuAL | TEma >> teMÁTica |

Ainda em relação a questões de natureza fonológica, pode-se afirmar que a maior parte dos prefixos projeta uma palavra prosódica independente, fazendo com que a construção morfológica resultante se realize sob dois acentos. Cabe, neste momento da análise, diferenciar,

por essa propriedade, dois tipos de prefixos do português (SCHWINDT, 2001): (a) os PCs, prefixos composicionais, como pós-, pré-, ex- e sub-; e (b) os PLs, prefixos legítimos, como in-, des- e re-.

PCs funcionam fonologicamente como palavras autônomas, isto é, portam acento, pois são dissílabos paroxítonos, como contra-, anti-, mega- e super-, ou monossílabos tônicos, a exemplo de pró-, ex- e pré-. Já os PLs, em número significativamente menor na língua, configuram sílabas inacentuadas que funcionam, na realidade, como pretônicas em relação à base, como se observa em ‘injusto’, ‘desentupir’ e ‘rever’. Na proposta de Mattoso Câmara Jr. (1970), para a representação dos graus de acento em português, PCs receberiam 2 e PLs, 1:

(10) pré-vestibular	redistribuição	pós-parto	ingrato
2 1 1 1 3	1 1 1 1 3	2 3 0	1 3 0

Há, na sufixação, relação inversamente proporcional à prefixação no que diz respeito à projeção de palavras prosódicas: se, por um lado, são menos numerosos os prefixos sem acento próprio, por outro, a maior parte dos sufixos não projeta palavras prosódicas independentes, realizando-se, com a base a que se anexam, sob um único acento, como se vê nas representações abaixo, nas quais há total isomorfismo entre palavras prosódicas (PrWds), colocadas entre colchetes, e palavras morfológicas (MWds), delimitadas por chaves¹⁰.

(11) {[portug Rad ês Suf] PrWd }	MWd{[leal Rad dade Suf] PrWd }	MWd
{[malandr Rad agem Suf] PrWd }	MWd	{[cert Rad eza Suf] PrWd }

Um problema que poderia ser levantado, em relação aos dois grupos de prefixos, é o de formas que apresentam uma versão acentuada e uma versão átona, a exemplo de pré- e pós-. Como apontado por Basilio (2000: 12), “embora tenhamos idêntica sequência segmental relacionada a idêntico significado, observamos ao mesmo tempo uma diferença de acentuação, relacionada a uma diferença de comportamento”. Por exemplo, as formas a seguir, em (12a), apresentam, no constituinte morfológico inicial, uma vogal média anterior fechada sobre a qual não incide o acento; as que constam de (12b), por sua vez, têm vogal média aberta e acentuada, sendo menos presas, pois, como lembra Basilio (op. cit.: 12), “permitem a coordenação com omissão da base

na primeira forma (pré- e pós-fixado), o que as desqualifica como formas presas, embora, certamente, não as defina como formas livres”.

(12)	a)	preconceito	pressentir	pretexto	prefixo
		1 1 3 0	1 1 3	1 3 0	1 3 0
	b)	pré-projeto	pré-datar	pré-teste	pré-pago
		2 1 3 0	2 1 3	2 3 0	2 3 0

As formações em (12) evidenciam que o prefixo em questão figura numa área acinzentada (BASILIO, 2000: 12), podendo ser considerado ao mesmo tempo legítimo e composicional. É claro que há, entre as formas em (12a) e (12b), uma diferença de transparência, uma vez que as primeiras são bem mais opacas, podendo ser vistas, algumas delas, como verdadeiros casos de lexicalização – ‘pretexto’, por exemplo, designa algo como “motivo alegado para se fazer, deixar de fazer ou explicar algo; alegação; desculpa”. Desse modo, não apresenta qualquer relação com ‘texto’ nem manifesta a noção de anterioridade. No caso de pós-, a situação é um pouco menos complicada, pois, à exceção de ‘pospor’, todas as demais formas com contraparte legítima são estruturalmente opacas, a exemplo de ‘postergar’ e ‘posterior’.

Pereira (1999), analisando a existência de possíveis restrições fonológicas e morfossintáticas nas diferentes realizações acentuais de prefixos como pré- e pós-, conclui que não há qualquer “condicionamento fonológico ou morfossintático para a seleção de uma das variantes, átona ou tônica, dos prefixos que manifestam esta peculiaridade” (PEREIRA, 1999: 227). Observa, no entanto, que “a forma átona (...) surge nos derivados que entraram na língua há mais tempo, muitos dos quais foram já herdados do latim enquanto formas prefixadas” (PEREIRA, 1999: 228). As variantes tônicas, por seu turno, representam “formas produtivas, ou seja, aquelas que sincronicamente são usadas no processo de criação de novas unidades lexicais” (PEREIRA, 1999: 228). Esses dados, então, não comprometem a generalização maior: prefixos são, em sua grande maioria, palavras prosódicas independentes.

Decorre dessa diferença fonológica a possibilidade de determinados prefixos comportarem-se como formas livres pelo processo de truncamento¹¹. PCs são sensíveis a essa operação não-concatenativa, pois, a depender do contexto de uso, podem ser empregados isoladamente, conforme os exemplos a seguir, em (13), em que o prefixo carrega, metonimicamente, toda a significação da palavra complexa da qual se desgarra:

- | | | |
|------|------------------------------------|--------------------------------|
| (13) | Já estou quase terminando a pós. | Maria reatou com o ex. |
| | Meu filho acabou de entrar no pré. | Vou deixar tudo com o meu sub. |
| | Minha vice é excelente. | Conseguí comprar meu micro. |
| | O filho da Magnólia é bi. | Montei uma pequena micro. |
| | Meu time agora é tri. | O professor agora é meu co. |

Sufixos não se submetem ao truncamento, nem mesmo os no-cohering, como *mente*. Bauer (2005: 101) mostra que, em inglês, o único sufixo “forte o suficiente para atuar como forma livre” em determinadas circunstâncias é *ism*. Em português, o correspondente *-ismo* também “pode ser empregado como palavra independente” (SANDMANN, 1989: 42), desde que resuma uma série de derivados que terminem nessa sequência, como em “estruturalismo, gerativismo, funcionalismo e outros *ismos*”. Como se vê, o sufixo só adquire estatuto de forma livre quando, no plural, conclui uma estrutura de enumeração e é empregado em referência ao significado que manifesta. Esse uso, no entanto, não corresponde a um truncamento lexical nem é privilégio de *ismo*: ocorre com vários outros sufixos apenas nesse tipo de contexto, quase sempre numa fórmula fixa do tipo “e outros *Xs*”, como atestam os exemplos a seguir, retirados da internet com o auxílio da ferramenta eletrônica google.

- (14) Livre-se da rinite, sinusite e outros *ites*. Existe um modo consagrado pelo tempo de desobstruir os sinus com eficácia.

<http://deboraregufeyoga.blogspot.com.br/2012/11/livre-se-da-rinite-sinusite-e-outros.html>

- (15) As pessoas frequentemente pensam que, para engordar, é preciso comer feijoada, macarronada, churrascada... e outras “adas”.

<http://g1.globo.com/bem-estar/viva-mais-leve/platb/2012/11/07/por-que-as-pessoas-comem-demais/>

- (16) Candidato a vereador em SP aposta em rima para atrair padeiro, funileiro, perueiro e outros “eiros”.

<http://noticias.r7.com/eleicoes-2012/noticias/candidato-a-vereador-em-sp-aposta-em-rima>

Resumindo, há, entre os dois tipos de afixos do português, diferenças bem marcantes, pois os prefixos, ao contrário dos sufixos, (a) não modificam a classe das palavras a que se adjungem, isto é, não

constituem cabeça categorial da palavra derivada; (b) não atribuem gênero, ou seja, não são cabeças morfológicas; (c) contribuem com um significado não-nuclear na palavra complexa (não são cabeças semânticas); (d) vinculam-se a palavras, exclusivamente; (e) não modificam o acento da base e têm autonomia fonológica, projetando uma palavra prosódica própria (os prefixos chamados posicionais, mais numerosos na língua); (f) submetem-se ao processo de truncamento, podendo ser utilizados como formas livres, por metonímia; (g) atualizam significados mais largos (têm menor densidade semântica), e, por fim, (h) não são utilizados com finalidades expressivas, ou seja, são desprovidos de função discursiva.

Por todos os motivos enumerados nesta seção, não seria mesmo o caso de considerar que prefixação e composição formam um bloco, assim se opondo à sufixação, como advogam alguns autores? A resposta a essa questão seria simples se prefixos e sufixos não compartilhassem várias propriedades, como pretendemos demonstrar na próxima seção. Além disso, mostra Nunes (2009: 23), há diferenças entre prefixos e sufixos que, todavia, não estabelecem entre eles uma oposição dicotômica radical já que, frequentemente, estas diferenças são determinadas não só pelas propriedades intrínsecas de cada elemento afixal em particular, mas também pelas propriedades da base à qual o afixo se acopla.

4. Das semelhanças entre prefixos e sufixos

Apesar dos aspectos que apontam para uma rígida separação entre os dois principais tipos de afixos, há, entre eles, várias características em comum. Corbin (2001) observa que muitos dos traços diferenciadores provêm da posição que os formativos ocupam: nas línguas indo-europeias, a borda direita da palavra está associada à assinatura categorial e à flexão, o que faz com que os sufixos – e não os prefixos – funcionem como cabeças lexicais de vários tipos. Para a autora, portanto, as diferenças devem ser relativizadas nesse sentido, já que prefixos e sufixos são igualmente unidades infralexicais que impõem restrições morfológicas e semânticas sobre as bases a que se acoplam.

Ao contrário da composição, a derivação está sujeita a restrições impostas tanto pelo afixo quanto pela base (PLAG, 1999). Desse modo, se sufixos selecionam categorialmente seu hospedeiro morfológico, também prefixos impõem restrições a esse constituinte¹². Por exemplo,

in- seleciona adjetivos ('impotente', 'infiel'), não se adjungindo a verbos, nem aparecendo no interior de substantivos que não sejam deadjetivais, à exceção de 'indisciplina' (DOLINSKI, 1993);

re- acopla-se a verbos, a exemplo de 'reler', 'rever', 'reconsiderar'; de modo algum se combina com substantivos e adjetivos que não derivem de verbos (ANDRADE, 2006);

anti seleciona apenas nomes, preferencialmente substantivos ('anti-furto', 'anti-drogas'), nunca verbos (OLIVEIRA, 2004).

Na prefixação, há também restrições de ordem semântica. Por exemplo, re- (indicando repetição) subcategoriza apenas verbos que possibilitem a retomada da ação verbal (ANDRADE, 2006), como 'contar', 'fazer' e 'escrever'; des-, indicando reversibilidade, só pode ser anexado a verbos que expressam ação passível de ser revertida (GONÇALVES, 2005), como 'abastecer', 'abotoar' e 'prender'. O mesmo se dá com o prefixo anti-, que só se une a bases nominais que denotam algo que pode ser evitado ou prevenido (OLIVEIRA, 2004), como em 'antiaderente', 'anticaspa' e 'antipolvente'.

A impossibilidade de certas formações (*redizer, *desnacer e *antifeliz) resulta da incompatibilidade entre o significado do afixo e o da palavra-fonte; portanto, os prefixos, assim como os sufixos, selecionam suas bases. Booij (2005: 67) denomina esse efeito semântico de coerção (type coercion): nos casos supracitados, o prefixo força a base a pertencer a um tipo semântico peculiar, atribuindo, à forma prefixada resultante, interpretação quase sempre composicional. Esse, aliás, é mais um aspecto que diferencia a prefixação da composição, já que este último processo é, na maior parte das vezes, de leitura não-composicional (SANDMANN, 1989), pois tende a ser motivado, bem mais que a derivação, pela metáfora ('peixe-espada', 'sapo-boi', 'tubarão-martelo') ou pela metonímia ('boia-fria', 'dedo-duro', 'beija-flor'). Nessas formações, o significado do todo não é deduzido pela soma das partes.

Forte evidência empírica contra a análise de construções prefixadas como casos de composição em português é o fato de esse processo formar exclusivamente nomes (preferencialmente substantivos), seja qual for a categoria sintática dos elementos constitutivos. De fato, o esquema geral dos compostos, em (17) a seguir, expressa a generalização de que essa operação, independentemente da etiquetagem lexical das partes, sempre forma nomes em português (daí o rótulo N, após o último colchete), como atestam os dados em (18). No esquema em (17), as variáveis

X e Y representam sequências fonológicas e os subscritos x e y, categorias lexicais:

(17) [[X] x [Y] y] N

(18) [[porta] V [papel] S] S [[água] S [ardente] Adj] S [[mil] Num [folhas] S] S
 [[bate] V [bate] V] S [[bolsa] S [família] S] S [[boa] Adj [vida] S] S
 [[surdo] Adj [mudo] Adj] Adj [[seu] Pron vizinho] S] S [[pão] S [duro] Adj] S

As várias formações em (19), a seguir, todas de verbos a partir de verbos, evidenciam que a prefixação não forma apenas substantivos em português, o que, sem dúvida alguma, (a) distingue de imediato os dois processos e (b) aproxima a prefixação da sufixação, que também forma verbos ('agilizar', 'traumatizar').

(19)	reacender	despreocupar	sub-aproveitar
	entreabrir	sobrevoar	auto-avaliar
	co-operar	super-ordenar	contra-dizer

Além disso, prefixos e sufixos igualmente formam séries de palavras, contribuindo, assim, para a criação de vários itens lexicais que se relacionam morfológica e semanticamente, isto é, apresentam um significado em comum, associado a uma sequência que compartilham na posição inicial ou final. Segundo Sandmann (1989: 37-38), a capacidade de o prefixo expressar noções mais gerais, além de responsável pela sua elevada produtividade, é o que, indiscutivelmente, os distingue de radicais/palavras, unidades da composição, já que estes, em geral, veiculam ideias mais particulares e, nas formas complexas de que participam, tendem a não aparecer em séries de palavras, numa margem específica¹³.

Em síntese, sufixos e prefixos têm em comum as seguintes características: (a) não são formas livres, isto é, são partes integrantes de palavras; (b) servem para formar inúmeros vocábulos porque (c) manifestam significados mais gerais; (d) têm função semântica pré-determinada, o que delimita os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas, pois (e) impõem restrições morfológicas, sintáticas e semânticas, já que não se associam aleatoriamente a qualquer base.

Em face disso, ao se levar em conta a relativa autonomia do prefixo, não se obtém distinção precisa entre os processos de composição

e derivação, pois há formações em que os elementos à esquerda são partículas sem existência independente na língua (formas presas) que não se submetem ao truncamento, a exemplo de in-, des-, re-, intra-, trans-, semi- e pró-, entre outros.

Monteiro (1987: 139-142) alega que a inclusão, no inventário dos prefixos, de elementos que são palavras, como sobre, entre- e sem, é o que dificulta a demarcação das fronteiras entre derivação e composição. Para vários outros autores, como Alves (1993), por exemplo, o fato de alguns prefixos apresentarem correspondentes livres ou dependentes não tira deles o estatuto de afixo, pois, nas palavras de Cabral (1974: 113), esses elementos “não obedecem às mesmas regras de distribuição e nem têm a mesma função que as preposições”. Booij (2005: 103) observa que prefixos podem ter “um significado diferente ou um leque mais restrito de significados que o lexema correspondente”. Exemplo da primeira situação é ‘entre’, que, como preposição, jamais atualiza o significado de “parcialmente”, como em ‘entreaberta’. Prefixos podem veicular apenas um dos significados da forma dependente relacionada. Tal é o caso de ‘sem’ que, em construções morfológicas, é monossêmico, significando, apenas, “desprovido de”, a exemplo de ‘sem-teto’ (“aquele que não possui moradia”) e ‘sem-voz’ (“aquele que não tem direito à fala, por exemplo, em reuniões”), ao contrário da preposição ‘sem’, que também pode indicar concessão (“sem você eu não vou”).

Na verdade, a prefixação, assim como a sufixação, não constitui processo uniforme e, por isso mesmo, está longe de ser globalmente considerada composição ou derivação. Como Nunes (2009: 291), acreditamos que “a individualidade dos elementos prefixais nos obriga a considerar a prefixação como um processo heterogêneo e que é o comportamento diferenciado de cada elemento prefixal que permite a classificação da prefixação enquanto processo derivacional ou enquanto processo composicional de formação de palavras”. Essa imprecisão indicia que uma classificação com base em protótipos e por meio de *continuum* é mais vantajosa para a descrição das operações morfológicas do português, como destacamos a seguir.

5. A ideia de *continuum* entre as operações morfológicas: palavras finais

Como demonstrado em Bauer (2005), Kastovsky (2009) e Gonçalves (2011a), as unidades morfológicas (radicais, afixos, splinters, xenoconstituintes, afixoides) não se encaixam perfeitamente em categorias discretas nas quais “fiquem bem comportadas e acomodadas” (SANDAMNN, 1988: 43), pois seus elementos podem apresentar propriedades que fogem às esperadas para um membro dito pertencente àquela classe.

A categorização do tipo aristotélica, baseada no “tudo ou nada”, pode levar a dois problemas descritivos, fundamentalmente. O primeiro é manter sob o mesmo rótulo unidades com propriedades e funcionalidades bastante distintas, que, talvez, deveriam estar separadas e não juntas num mesmo grupo. O segundo seria reunir, sob o mesmo rótulo, apenas elementos com propriedades e funções idênticas. Embora pareça mais acertada, a segunda solução talvez seja ainda mais problemática que a primeira: se colocássemos em grupos distintos apenas elementos com as mesmas propriedades, certamente aumentaríamos em demasido o número de categorias morfológicas, além de, inevitavelmente, cairmos no inconveniente descritivo de criar classes com número pouco expressivo de elementos.

A proposta de um *continuum* entre as categorias morfológicas surge como forma descritiva de resolver esse impasse. Subjaz à ideia de um *continuum* a noção de protótipo, ou seja, elemento modelar representativo de determinada classe, do qual os demais membros dessa mesma classe se aproximam ou se afastam por relações de parença.

Vários autores têm analisado os elementos morfológicos e suas respectivas categorias com base na noção de prototipicidade, propondo que as diversas classes são, na verdade, gradientes ou escalares. Bybee (1985), por exemplo, afirma que a categorização linguística se processa na base de protótipos e que a diferença entre os elementos morfológicos e, consequentemente, entre suas classes são sutis. Gonçalves (2005 e 2011a) nos mostra que os elementos da flexão e da derivação apresentam semelhanças e diferenças que tornam a classificação discreta muitas vezes inviável. Propõe, então, um *continuum* entre a flexão e a derivação, como forma de resolução descritiva desse problema. Da mesma

forma, autores como Bauer (2005), Kastovsky (2009), Ralli (2010) e Gonçalves & Andrade (2012), entre outros, têm o mesmo olhar gradiente para a fronteira entre a derivação e a composição.

Propostas baseadas na noção de radialidade geralmente se valem de atributos que funcionam como uma matriz de características esperadas para elementos de determinada classe (ROSCH, 1978; LAKOFF, 1987). De acordo com Taylor (1995), uma categoria representa uma rede de similaridades conjugadas que se relacionam, em maior ou menor grau, conforme os atributos compartilhados pelos membros dessa rede. A totalidade de atributos define o protótipo. Em outras palavras, o exemplar prototípico de uma categoria X é aquele que idealmente reúne os atributos esperados para aquela categoria. O elemento que deixa de apresentar, em maior ou menor grau, características da categoria, vai, conseqüentemente, se afastando, também em maior ou menor grau, do protótipo, podendo até, em alguns casos, se aproximar de outra categoria.

Assim, alguns itens seriam mais modelares ou mais representativos de determinado tipo morfológico que outros, a exemplo do que acontece com os prefixos, como tivemos a oportunidade de destacar ao longo do texto. No entanto, tais atributos devem servir apenas como bússola para nortear o caminho de análise do pesquisador, uma vez que constituem tendências gerais de uma categoria, não sendo, portanto, uma verdade absoluta sobre o estatuto morfológico de seus formativos.

Numa análise por *continuum*, o conflito entre as peculiaridades de cada item morfológico e os parâmetros estipulados para a definição do membro modelar de uma categoria não se tornam um problema descritivo, como ressalta Gonçalves (2011: 124):

Embora esses parâmetros sejam problemáticos, por conduzir a agrupamentos muitas vezes conflitantes, acreditamos que alguns podem ser utilizados como instrumentos para avaliação do estatuto morfológico de afixos, na medida em que fornecem generalizações quase sempre desejáveis. Os resíduos podem ser interpretados como evidências de que a categorização realmente se processa na base de protótipos.

O trecho acima é um comentário acerca dos parâmetros de distinção entre flexão e derivação, mas pode ser estendido para a formação de palavras. É com base na noção de um *continuum* entre as categorias morfológicas que entendemos a prefixação em português: um processo de interface composição-derivação bastante heterogêneo, com membros mais representativos da derivação e outros menos salientes. Mais

importante do que defender propostas sobre a polêmica é, no nosso entendimento,

descrever dados para perceber que, efetivamente, os prefixos, ainda que portadores de características comuns, divergem entre si em alguns aspectos. Os elementos prefixais devem assim ser considerados como elementos inseridos num sistema, mas portadores de uma especificidade própria que justificará (...) diferentes pontos de vista relativos à “classificação” da prefixação enquanto processo derivacional ou composicional (NUNES, 2009: 28).

Por fim, acreditamos que as especificidades sobre composição e derivação, levantadas neste trabalho, possam apontar novos encaminhamentos na abordagem desses processos de formação de palavras nas gramáticas escolares.

ABSTRACT

In this paper, we rethink an old controversy involving the preffixation in Portuguese: if this process aligns the suffixation and, therefore, differs from the compounding, or is affiliated to the compounding, distinguishing itself from suffixation. In the paper, we show that the preffixation is not uniform and, therefore, is far from being considered globally compounding or derivation. We believe, following Nunes (2009: 291), “that the individuality of the prefixes forces us to consider this process heterogeneous and we believe the different behavior of each prefix allows the classification of the process as derivation or compounding”. This vagueness indicates that a categorization based on prototypes is more appropriate for the description of word formation in Portuguese.

KEYWORDS: Morphology; Compounding; Derivation; Continuum.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. Prefixos negativos no português falado. In ILARI, R. (org.). Gramática do português falado: níveis de análise linguística. Campinas: UNICAMP, v. 2. p. 91-100, 2002.
- ALVES, I. M. Formações prefixais no português falado. In CASTILHO, A. T. (org.). Gramática do português falado: as abordagens. Campinas: UNICAMP, v. 3 p. 383-398, 1993.
- ALVES, I. M. Neologismo: Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.
- ANDRADE, F. G. C. Polissemia e produtividade nas construções lexicais: um estudo do prefixo re- no português contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2006.
- BAKER, M. On Derivational Asymmetries in Derivational Morphology. In BENDJABALLAH S. et al. (eds.). Morphology, Selected Papers from the 9th Vienna Morphology Meeting. Amsterdam: John Benjamins, p. 21-40, 2000.
- BASILIO, M. Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. Veredas, Juiz de Fora, 4 (2): 9-18, 2000.
- BASILIO, M. Prefixos: a controvérsia derivação/composição. Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa, 1:1-13. PUC-RIO, 1989.
- BASILIO, M. A. Teoria lexical. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUER, L. English word-formation. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BAUER, L. The borderline between derivation and compounding. In DRESSLER, W. et al. (eds.), Morphology and its Demarcations. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 97-108, 2005.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1986.
- BOOIJ, G. The Grammar of Words: an introduction to linguistic morphology. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BOOIJ, G. The Morphology of Dutch. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BYBEE, J. Morphology: a study of the relation between meaning and form. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CABRAL, L. S. Introdução à linguística. Porto Alegre: Globo, 1974.
- CORBIN, D. Préfixes et suffixes: du sens aux catégories. Journal of French Language Studies 11/1, p. 41-69, 2001.
- CORREIA, M. & LEMOS, L. S. P. de. Inovação lexical em português. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2009.
- CUNHA, C. F. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975.
- DOLINSKI, J. T. Aspectos morfossintáticos, semânticos e estilísticos dos prefixos

negativos na formação de palavras em português. Dissertação (Mestrado em Letras). Curitiba: UFPR, 1993.

FREITAS, H. R. Princípios de morfologia: visão sincrônica da derivação em português. Rio de Janeiro: Presença, 1975.

GONÇALVES, C. A. Construções truncadas no português do Brasil: das abordagens tradicionais à análise por ranking de restrições. In COLLISCHONN, G. & BATISTI, E. (orgs.). Estudos da Linguagem: Perspectivas de investigação. Porto Alegre: EDPUCRS, 2011b.

Gonçalves, C. A. Compostos Neoclássicos: Estrutura e Formação. REVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem, Porto Alegre, 14, 2011a.

Gonçalves, C. A. Composição e Derivação: Polos Prototípicos de um Continuum? Pequeno estudo de casos. Domínios da Linguagem, Uberlândia, 5, 2011.

GONÇALVES, C. A. Flexão e Derivação em Português. 1. ed., Rio de Janeiro: Fac Letras/UFRJ, 2005.

Gonçalves, C. A. & ANDRADE, K. E. El status de los componentes morfológicos y el continuum composición-derivación en portugués. Linguística (Madrid), 35 (2), p. 119-145, 2012.

HASPELMATH, M. Understanding Morphology. Oxford: Oxford University Press (Arnold Publications), 2002.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, A. et alli. Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Objetiva, 2007.

JACOB, L. P. Considerações sobre o não- anteposto a nomes. Cadernos do NEMP, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-78, 2011.

KASTOVSKY, D. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In McCONCHIE, R. W. et al. (eds.), Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2). Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 1-13, 2009.

KEHDI, V. Formação de palavras em português. São Paulo: Ática, 1992.

LAKOFF, G. Women, Fire and Dangerous things: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LUFT, C. P. Moderna gramática brasileira. Porto alegre: Globo, 1978.

MACAMBIRA, J. R. Português estrutural. 2 ed., São Paulo: Pioneira, 1978.

MARCHAND, H. The Categories and Types of Present-day English Word-formation. Munchen: Beck, 1967.

MATTOSO CÂMARA JR., J. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.

- MATTOSO CÂMARA JR., J. Dicionário de linguística e gramática. Petrópolis: Vozes, 1977.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. Princípios de linguística geral. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes, 1971.
- MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa. Fortaleza: EdUFC, 1987.
- NUNES, S. M. da C. Prefixação de Origem Proposicional na Língua Portuguesa. Tese de Doutorado em Linguística Portuguesa, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.
- OLIVEIRA, S. M. Derivação Prefixal: um estudo sobre alguns prefixos do Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UTP, 2004.
- PEREIRA, E. C. P. Gramática Expositiva. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1940.
- PEREIRA, M. I. P. O Acento de Palavra em Português: uma Análise Métrica. Tese (Doutorado em Linguística Descritiva). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999.
- PEREIRA, P. A. Para uma distinção entre Radical e Prefixo: será não-composto um composto ou um derivado? Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, 2006.
- PLAG, I. Morphological Productivity: Structural Constraints in English Derivation. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- RALLI, A. Compounding versus derivation. In SCALISE S. & VOGEL, I. (eds.). Cross-disciplinary issues in compounding, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 57-75, 2010.
- RALLI, A. Compounds in Modern Greek. *Rivista di Linguistica* 4 (1), p. 143-174, 2007.
- ROSCH, E. H. Principles of categorization. In ROSCH, E. H. & LLOYD, B. B. (eds.) *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 27-48, 1978.
- SAID ALL, M. Gramática histórica da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SANDMANN, A. J. Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo. Curitiba: Scientia et labor; Ícone, 1989.
- SANDMANN, A. J. Novidades do “front” da formação de palavras. *Letras*, Curitiba, 36 (1): 54-68, 1987.

SCHWINDT, L. C. O Prefixo no Português Brasileiro: Análise Prosódica e Lexical. DELTA, v. 17 n. 2, São Paulo, 2001.

TAYLOR, R. Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1995.

VILLALVA, A. Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia nas palavras do português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

NOTAS

1 Ao longo deste artigo, utilizamos o hífen apenas para sinalizar as fronteiras de elementos morfológicos. Assim, com relação à hifenização, a grafia dos compostos exemplificados nem sempre corresponde à preconizada pelo novo acordo ortográfico.

2 A primeira edição da Gramática Histórica [da Língua Portuguesa], de 1931, reúne as obras Lexeologia do Português Histórico, 1921, e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico, 1923.

3 Para o autor, tal forma de análise só faria sentido se excluíssemos também a noção de sufixo, já que também há os que tiveram origem em advérbios, como mente, por exemplo: “desapareceria, assim, por completo, o conceito de derivação” (SAID ALI, 1966: 231).

4 Para Cabral (1974: 113), prefixos como sobre- e de- não podem ser vinculados a preposições, uma vez que “não obedecem às mesmas regras de distribuição e nem têm a mesma função que as preposições”.

5 Formas presas (bound forms) são geralmente definidas como “unidades linguísticas utilizadas apenas como partes de uma palavra; nunca como palavras próprias” (KATAMBA, 1993: 23).

6 Estamos empregando a distinção tripartida proposta recentemente por Scalise et al. (2009) para a análise de compostos: cabeças categoriais, morfológicas e semânticas. As duas primeiras são responsáveis, respectivamente, pela classe gramatical do produto e por características como gênero e número. A cabeça semântica corresponde ao núcleo significativo da palavra.

7 Também aqui, não é difícil encontrar exceções, como é o caso, por exemplo, de ‘bígamo’, ‘implodir’ e ‘antídoto’, em que um prefixo não se associa a uma palavra. Construções com ferir (‘inferir’, ‘preferir’, ‘referir’, ‘aferir’, ‘interferir’, ‘proferir’), duzir (‘conduzir’, ‘produzir’, ‘introduzir’, ‘reduzir’, ‘induzir’, ‘aduzir’) e screver (‘escrever’, ‘inscrever’, ‘descrever’) são mais opacas e, por isso mesmo, podem ser consideradas simples no atual estágio da língua (FREITAS, 1975: 100).

8 Nas formações deverbais, a variável lexical utilizada é o tema, a exemplo de ‘ferveção’, ‘dirigível’ e ‘amaciante’, exceto nas construções terminadas em *ão*, em que a base é um radical – ‘fujão’, ‘mijão’, ‘cagão’, ‘pidão’.

9 As exceções, aqui, ficam por conta de *-mente*, *-(z)inho*, chamados de sufixos *no-cohering* (BOOIJ, 2002): são elementos que não promovem mudanças fonológicas na palavra-base (que se mantém idêntica em sua constituição segmental) porque projetam palavras prosódicas independentes.

10 Novamente, as exceções, aqui, ficam por conta de *-mente*, *-(z)inho*.

11 Redução vocabular (ALVES, 1990), abreviação (SANDMANN, 1990), braquissesmia (MONTEIRO, 1987) e retro-formação (SÂNDALO, 2001) são algumas das variações terminológicas usadas para descrever esse processo de formação de palavras que, ao contrário da prefixação e da sufixação, consiste na diminuição do corpo fônico da palavra derivante, como ocorre, por exemplo, em ‘refri’ (<< ‘refrigerante’), ‘odonto’ (<< ‘odontologia’) e ‘cerva’ (<< ‘cerveja’), entre tantos outros.

12 De acordo com Szymanek (2005: 432), compostos não são limitados por restrições gramaticais (ao contrário dos afixos), “salvo alguns requisitos semânticos gerais e fatores pragmáticos (extra-gramaticais), como, por exemplo, a exigência de nomeabilidade”. Para Bauer (1983: 86), um item lexical “deve denotar algo que seja nomeável” ou, podemos acrescentar, algo que valha a pena nomear, do ponto de vista do emissor.

13 Para Alves (1990), uma das principais características da composição é o fato de esse processo não necessariamente manifestar formas recorrentes – “isto é, formas que se aplicam a várias bases sintáticas – o que a distingue da unidade constituída por derivação, em que se constata essa propriedade”. (OLIVEIRA, 2004: 31). Na composição, mostra Basilio (1989: 10), “o ponto fixo é a estrutura e suas respectivas relações, e não os elementos lexicais que nela possam figurar”. Novamente aqui, estamos diante de uma tendência geral, já que há vários compostos com elementos recorrentes numa borda da palavra, a exemplo de ‘bolsa’ (‘bolsa-escola’, ‘bolsa-família’, ‘bolsa bandido’) e ‘bomba’ (‘homem-bomba’, ‘carro-bomba’, bilhete-bomba’). Essas formas, no entanto, são de “produtividade infinitamente mais baixa” (SANDAMNN, 1987: 57).

Data de recebimento: 10 de março de 2012

Data de aprovação: 20 de maio de 2012